

Jornal do Professor

EDITORIAL

Horizonte de desafios

O ano de 2019 se inicia com grandes desafios. Especialmente no campo político, se desenham questões e embates inevitáveis que podem pôr em risco a Ciência e Inovação no Estado e no País com a constante ameaça de cortes, além de ser mais um ano com um governo federal abertamente hostil à agenda da educação superior brasileira. A importância da educação e da Ciência não nos escapa e trazemos isto em reportagem sobre o projeto Socializar, que leva pesquisa para alunos da rede pública de ensino básico. O ano começou ainda com o desenrolar da ameaça dos cortes dos adicionais de raio x, periculosidade e insalubridade dos docentes da UFG, um problema que se arrasta desde dezembro último e que agora permanece dormente após ação judicial do Adufg-Sindicato. Em nossas páginas centrais, celebrando o Dia da Mulher, você acompanhará a história de sucesso de professoras que assumiram a gestão de unidades acadêmicas, rompendo com preconceitos e deixando suas marcas. Nesta edição falamos da Faculdade de Farmácia, já premiada duas vezes por sua pesquisa em métodos alternativos de testes que não usam animais. Também trazemos como pauta a presença da mulher no espaço científico e educacional contando a história de algumas docentes da UFJ, UFCAT e da regional Goiás. Por fim, relembramos a trajetória da professora Rosângela Castro e sua passagem pela Escola de Engenharia da UFG. Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280
jornaldoprofessor.adufg@gmail.com



Professora Bartira é a primeira mulher à frente da Faculdade de Direito

DIA DA MULHER

Mulheres no comando

Professoras fazem história à frente de unidades acadêmicas da UFG

Páginas 8 e 9



TRAJETÓRIA:

A professora Rosângela Castro foi pioneira no curso de Engenharia Elétrica e conta como as mulheres passaram a ocupar este espaço

Página 16

PESQUISA

Projetos da Faculdade de Farmácia liderados pela professora Marize Valadares querem parar com testes em animais

Página 10

INSALUBRIDADE

Leis ineficazes e poucos recursos para manutenção marcam debate sobre adicionais

Página 11

SOCIALIZAR O GOSTO PELA CIÊNCIA

Projeto da SBPC com professora da UFG leva Ciência às escolas públicas

Página 6

prestação de contas

Dezembro de 2018

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	661.527,33
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	20.850,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.656,55
1.4	Receitas Financeiras	8.632,80
1.5	Outras Receitas	26.429,61
1.6	Resgate de aplicações financeiras	6.950,78
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	16,28
Total R\$		726.030,79

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	143.508,25
2.1.2	Encargos Sociais	62.491,64
2.1.3	Seguro de Vida	800,57
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	15.843,99
2.1.5	Ginástica Laboral	650,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	38.177,74
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	826,63
Total R\$		262.298,82

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.732,63
2.2.2	Despesas com Correios	5.810,01
2.2.3	Energia Elétrica	3.777,33
2.2.4	Honorários Advocatícios	10.005,00
2.2.5	Honorários Contábeis	7.380,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	30.042,60
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	1.016,83
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	4.987,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	437,00
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.600,01
2.2.13	Serviços de Informática	2.520,00
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	6.650,01
2.2.15	Água e Esgoto	474,10
Total R\$		76.163,84

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.889,73
2.3.2	Despesas com Táxi	567,93
2.3.3	Despesas com Coral	4.358,16
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	1.098,76
2.3.5	Diárias de Viagens	3.921,00
2.3.6	Tarifas Bancárias	943,34
2.3.7	Lanches e Refeições	2.152,66
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	5.309,80
2.3.10	Manutenção de Veículos	1.620,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	80.727,48
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	4.427,83
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	2.363,68
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	8.223,82
2.3.16	Hospedagens Hotéis	2.264,44
2.3.17	Material de expediente	2.520,61
2.3.18	Outras despesas diversas	5.122,43
2.3.19	Manutenção e Conservação	1.907,09
2.3.20	Homenagens e Condecorações	220,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	3.631,12
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.965,16
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	128,74
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	5.964,00
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	0,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	412,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	1.800,01
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	957,69
Total R\$		146.497,48

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	2.902,73
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	327,79
Total R\$		3.230,52

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	27.279,03
Total R\$		27.279,03

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	515.469,69
3 Resultado do exercício 10.2018 (1-2)	210.561,10

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		0,00

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB	140,00
Total R\$		140,00

Total Geral dos Investimentos R\$	140,00
5 Resultado Geral do exercício 10.2018 (3-4)	210.421,10

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



INFORME JURÍDICO

Em fevereiro o Adufg-Sindicato apresentou defesa em face da notificação expedida pela Diretoria Financeira de Pessoas da UFG, que consta a regularização de inconsistência de proventos de aposentadoria. O documento protocolado em resposta à UFG abrange todos os docentes que ainda não tenham apresentado defesa própria e busca, dentre outros pedidos, que seja suspenso os efeitos até o julgamento final na via administrativa.

Ao menos 350 professores(as) aposentados(as) entre 1991 a 1996, na categoria adjunto, receberam o ofício encaminhado pela DP/UFG que reavalia e exclui o pagamento da diferença do art. 192 sobre a retribuição, titulação e os anuênios, bem como pretende que os servidores atingidos devolvam o que receberam nos últimos cinco anos.

De acordo com a avaliação da assessoria jurídica do Adufg-Sindicato, a notificação expedida pela UFG tem efeito bastante significativo para a renda dos professores e no comprometimento dos seus orçamentos. Por isso, a resposta protocolada pelo Adufg-Sindicato defende o efeito suspensivo ao processo.

“Também foi requerida a declaração de nulidade das notificações porque só constam um breve relato confuso e uma tabela que não expressa quanto o servidor tem a restituir, articulando a necessidade de continuidade no pagamento adotando a sistemática que vinha sendo paga há décadas, bem como a impossibilidade de devolução dos valores que foram recebidos de boa-fé. Nós entendemos que tal modificação na sistemática de pagamento está eivada de ilegalidade”, o advogado da Adufg-Sindicato, Elias Menta, explicou.

Todos os servidores que deixaram as notificações na secretaria do sindicato vão receber uma cópia da defesa protocolada por email e/ou por grupo de WhatsApp. O documento será encaminhado o mais rápido possível e a entidade aguarda a resposta à defesa protocolada.

Convite :

O Proifes-Federação desde 2016 instituiu o Grupo de Trabalho Direitos Humanos: raça/etnicidade, gênero e sexualidades e o Adufg-Sindicato convida os professores a integrarem este GT a nível estadual. Os interessados podem enviar e-mail para jornaldoprofessor.adufg@gmail.com ou geovanareis@ufg.br informando nome e unidade acadêmica. Quaisquer dúvidas podem ser tiradas com a diretora de Assuntos Educacionais, de Carreira e do Magistério Superior do Adufg-Sindicato, Geovana Reis.



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura
Diretora-Secretária

Daniel Christino
Diretor de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Thyago Carvalho Marques
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VI - Nº 54

FEV/MAR de 2019

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Luis Gustavo Rocha (JP 3195 GO)
Editor responsável

José Abrão (JP 3331 GO)
Edição e reportagem

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Bruno Destéfano
Guilherme Fernandes
Estagiários

Diagramação: Thamires Vieira

Data de fechamento: 28/02/2019

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
[@adufgsindicato](https://www.instagram.com/adufgsindicato)

www.adufg.org.br



Sérgio Duarte*

Panorama Político para 2019

Começo pelo MEC por razões óbvias: o ministro é ligado a Olavo de Carvalho, Paulo Kramer, Antonio Paim e Miguel Reale. São liberais conservadores. Combatem a aversão ao lucro, o ódio à sociedade burguesa, o patrimonialismo estatizante, o positivismo de caserna e o marxismo. Eles possuem um porta-voz diário, Carlos Alberto Sardenberg, seguem a cartilha Thatcher-Reagan de privatização e desregulamentação, leem os economistas de língua alemã que pensaram, no espaço destruído pelo nazismo, a regeneração do liberalismo. O Estado deixa de ser o garantidor das relações de concorrência para ser o seu principal implementador. Daí o que chamam de li-poaspiração estatal. Mises, Hayek e Friedman são as referências para um programa que enxerga as reformas de Keynes e da social-democracia como empecilho, estorvo e ignorância das sagradas leis do mercado.

Sabemos das desventuras do liberalismo no Brasil. Em uma sociedade montada pela escravidão e marcada pela desigualdade extrema, a concorrência é apenas a regra de exclusão da maioria. Nesse jogo, só o mais bem preparado e o mais barato sobrevivem. Essa é a ameaça que garante a concorrência. Não seja um perdedor, empreenda, concorra e melhore. Se você mora em periferias, não pode frequentar escola, não “se virou nos trinta”, merece o que tem, ou seja, nada ou essa miséria que é a sua vida.

Essa gente estava na UnB nos anos setenta e início dos oitenta. Todos na Ciência Política e nas Relações Internacionais. Escondidinhos sob a proteção do capitão de mar e guerra Azevedo. Este fora ali colocado para destruir a universidade pensada por Darcy Ribeiro como a escola dos reformadores do Brasil. JK, Jango e Getúlio fora. Comunistas, socialistas e desenvolvimentistas, também! Guerra fria, tenentismo, CIA, IBAD, IPES. Por aí começou nosso ex-jovem colaborador colombiano Ricardo Vélez Rodríguez. Sim, eles estão de volta. E é por aí que virão as políticas educacionais. Combate ao globalismo, ao marxismo e à ideologia de gênero. Trump nos trópicos. Defesa da tradição, família e propriedade. Reação obscurantista aos avanços da modernidade. Defesa de privilégios, virulência heróica de covardes que se reúnem para descarregar armas. É a potência negativa de recalçados: religião sem amor, ordem sem razão, progresso da rapina.

Eles possuem muitas frentes de ataque: meio ambiente, privatização, higienização. O sentido geral é destruir o pouco que temos de Ciência e Tecnologia, de estruturas de controle e de regulamentação. Agirão com pressa, sabem que tem pouco tempo e que a reação ao desmonte

virá cedo. Dependem de Trump, o doido-mor. A Europa está resistindo. China e Rússia não querem saber disso. Por isso atacam a ONU. O impensável no poder. Não ao intolerável. Mais que resistência, revolta. As instituições democráticas devem posicionar-se contra um governo que destrói os direitos e vende o país. A universidade deve ser uma das líderes desse movimento. Defesa da razão contra o obscurantismo. Milícias, eco-criminosos, especuladores, charlatões unidos a militares autoritários e mídia marrom. Esquerda unida pensando no Brasil. Só temos solidariedade no câncer: é esse o caso.

Estamos enfrentando uma onda anti-modernista. Os modernistas acreditavam que éramos um país mestiço e prestes a realizar suas possibilidades. Os anti-modernistas são agentes de purezas: a) neoliberal; b) neopentecostal; c) sadomasoquista. Entregam o Brasil com o “sangue de Jesus” e bala. São semi-analfas: seu filósofo é astrólogo, seu chanceler é isolacionista, sua educação é obscurantista, sua família é fundamentalista, sua economia é predatória. Lutamos pelo Brasil de Mário, Oswald, Érico, Graciliano, Rosa e Darcy. O modelo deles é o Chile. País vendido e povo amassado por nazistas. Cobre, mar e vinho para poucos. Pessoas tristes em um país vendido e sem projeto próprio. Aham que serão os primeiros a saírem da América Latina. Não sabem que seres humanos vivem de sentido.

Reitores nomeados, INEP higienizado, despaulofreirização: tudo isso é programa policial, não é política educacional. O que temos são dois milhões de professores, 45 milhões de matrículas e 180 mil escolas públicas isso é base para se pensar a educação brasileira. Municipalização é extremamente vaga se considerarmos São Paulo e Quixeramobim. Enem é pouco como programa de ação de um ME. Sabemos a estratégia: educar para o capital. Vender o peixe deles. Isso que chamam de liberalismo, mas não é. Liberalismo é defesa de direitos, além de garantia da propriedade. Privatização imediata de tudo é impossível. O que farão é atacar a universidade pública. Aqui estão os seus inimigos. Ensino básico e médio contra os “privilegiados”. A cartilha de Paulo Renato. Ainda não virão com tudo porque têm como prioridade a previdência. Os cortes já estão aí. Ainda virão outros. Será lindo porque então saberemos a que viemos. Voltaremos à luta. Espero que com imaginação e coragem. Sem greves até o fim do mundo. Elas apenas fecham o único lugar onde ainda se discute o Brasil. Temos muito o que fazer esse ano.

Reitores nomeados, INEP higienizado, despaulofreirização: tudo isso é programa policial, não é política educacional. O que temos são dois milhões de professores, 45 milhões de matrículas e 180 mil escolas públicas isso é base para se pensar a educação brasileira. Municipalização é extremamente vaga se considerarmos São Paulo e Quixeramobim. Enem é pouco como programa de ação de um ME. Sabemos a estratégia: educar para o capital. Vender o peixe deles. Isso que chamam de liberalismo, mas não é. Liberalismo é defesa de direitos, além de garantia da propriedade. Privatização imediata de tudo é impossível. O que farão é atacar a universidade pública. Aqui estão os seus inimigos. Ensino básico e médio contra os “privilegiados”. A cartilha de Paulo Renato. Ainda não virão com tudo porque têm como prioridade a previdência. Os cortes já estão aí. Ainda virão outros. Será lindo porque então saberemos a que viemos. Voltaremos à luta. Espero que com imaginação e coragem. Sem greves até o fim do mundo. Elas apenas fecham o único lugar onde ainda se discute o Brasil. Temos muito o que fazer esse ano.

*Professor de Teoria da História na Faculdade de História da UFG



**Flávio
Alves da
Silva***

O que os servidores públicos federais podem esperar do atual Governo?

Apesar de todas as críticas e ilações feitas quanto à higidez das urnas eletrônicas pelo então candidato a Presidência que se sagrou vencedor no pleito, fora apurado que os cidadãos do Brasil elegeram Jair Messias Bolsonaro como presidente da República em uma disputa acirrada com Fernando Haddad, os dois possuíam dois projetos bem diferentes – em muitos pontos antagônicos e, no final, com o apoio e votos de muitos servidores públicos, o projeto vencedor foi o do Jair.

Jair Bolsonaro apresentou o projeto que visa, sob o fundamento do equilíbrio econômico, realizar um grande programa de privatizações, diminuir programas sociais, realizar a reforma da Previdência, ampliar a reforma trabalhista (destaco principalmente que os trabalhadores brasileiros terão que escolher entre ter “menos empregos e mais direitos” ou o oposto), revisão do estatuto do desarmamento, criação de um imposto único, a manutenção da EC 95 e uma série de outras medidas econômicas. Enfim, é um projeto liberal que agrada o mercado e desagrade a maioria dos trabalhadores e Servidores Públicos Federais (SPFs), eis que assim como os outros trabalhadores, amargaram os mais severos prejuízos.

A manutenção da EC 95 é algo que assusta muito os professores e professoras, pois já sabemos que o futuro do ensino superior público e gratuito, bem como a pesquisa científica estão totalmente comprometidos, pois já é realidade o efeito maléfico desta emenda com a redução dos investimentos nas universidades, institutos federais e nas agências que financiam a pesquisa e a inovação tecnológica. Lamento muito ver o Brasil na contramão dos países desenvolvidos, estes há muito tempo já entenderam e investem pesadamente em políticas para incentivar e acelerar as áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Outro ponto em relação a EC 95, é que os salários estarão ainda mais defasados e com nenhuma possibilidade de mudança na nossa carreira pelo engessamento do orçamento que só será atualizado pela inflação. Lembrando que boa parte dos SPFs, incluindo os professores já estão há dois anos sem aumento salarial. Os sindicatos, centrais sindicais, federações e toda à categoria devem continuar lutando pela revogação dessa emenda nefasta, ou seremos uma categoria sem perspectiva nenhuma para o futuro.

A reforma da previdência, também considerada como a principal reforma deste governo, foi apresentada ao congresso nacional. Os principais pontos dessa reforma é o estabelecimento de idade mínima para homens e mulheres e a implantação de um sistema de capitalização na previdência. Lembro que este modelo de capitalização já se mostrou falido em vários países da América Latina, como Chile, México, Peru e Colômbia. Também se pretende criar um limite progressivo na acumulação entre aposentadorias e pensões, além de vedar a possibilidade de acumular integralmente pensão por morte com a aposentadoria. A versão anterior apresentada pelo governo Temer foi derrotada após intensa mobilização dos trabalhadores, agora com este Congresso altamente renovado, será necessário uma articulação e mobilização maior ainda.

Outra reforma que destaco é a ampliação da reforma trabalhista, que na verdade se resume principalmente, na criação de uma carteira de trabalho verde amarela. Isso nada mais é do que a exploração força-

da daqueles mais de 14 milhões de trabalhadores desempregados. O governo tem que se preocupar em criar políticas com foco na geração de emprego e renda, mas respeitando as leis trabalhistas, já tão atacadas na reforma anterior. A saída para a atual crise não pode ser resumida no corte de gastos, reduzindo políticas sociais, salários e aposentadorias. A saída, a meu ver, é o inverso disso, só assim teremos o fim do processo da recessão econômica que nos acompanha. O aumento da renda das famílias é a solução.

Cabe agora aos movimentos sindicais buscar em estratégias para combater as reformas que prejudicam os trabalhadores. Mas para isso, é necessário primeiramente convencer suas bases a sair do marasmo e ir para a luta. Até quando vamos ficar olhando o D180 derrubar nossos direitos, tão duramente conquistados? Os sindicatos também devem parar de teorizar e procurar agir de forma prática e objetiva, os trabalhadores estão cansados de sindicatos que se preocupam demasiadamente com políticas partidárias, esquecendo, no entanto, de seu principal objetivo, que é o de defender os interesses de suas bases. A partidização é algo que contribui em muito para essa desmobilização, principalmente entre os trabalhadores mais jovens. Nesse sentido, somente com a união dos movimentos sindicais, sociais e com a participação massiva dos trabalhadores nas diferentes ações agendadas, é que poderemos barrar novamente essas reformas. Já vencemos e podemos novamente vencer!!

Mas finalmente respondendo à pergunta do título deste artigo, eu digo que não dá para esperar muito desse governo. Já deixaram claro que não respeitam os movimentos sociais e sindicais, taxando-os de movimentos repletos de esquerdopatas, ou seja, dificilmente este governo nos receberá para tratarmos de acordos salariais, portanto, o risco de ficarmos mais 4 anos sem aumentos salariais é muito grande. O governo anterior já ficou dois anos sem receber nenhuma entidade sindical para tratar de acordos salariais. Infelizmente, parece-me que a era FHC está de volta. Tudo bem que este governo ainda está no início e reviravoltas podem acontecer, mas, sinceramente, o que esperar de um governo que diz combater as diferentes ideologias, excluindo as suas, principalmente aquelas que se espelham no governo Trump?

Além de não querer dialogar, muitas maldades estão sendo feitas com os trabalhadores a fim de reduzir gastos, pois órgãos do governo estão tirando direitos adquiridos dos contracheques dos trabalhadores, diminuindo ainda mais seus rendimentos, sem contar que várias despesas essenciais relacionadas a saúde e educação, vêm a cada ano aumentando bem acima da inflação anual, o que implicará em um cenário caótico no futuro próximo.

O bom do brasileiro, sem dúvidas, é a resiliência e sua força. Somos um povo acostumado com o sofrimento, mas que não foge da luta. Nos resta manter a guarda e não aceitar jamais as perversidades que estão anunciadas, promovendo o debate, demonstrando as inconsistências, provocando a reflexão e fazendo a resistência democrática.

** Flávio Alves da Silva é presidente do Adufg-sindicato e professor do curso de Engenharia de Alimentos da Escola de Agronomia da UFG.*

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões sobre o magistério superior

Por Daniel Christino

Em defesa da Ciência

A Agenda Goiás em Defesa da CT&I se articula em oposição à emenda ao artigo 158 da Constituição Estadual, que pode retirar a obrigatoriedade do investimento de 3,25% das receitas líquidas do estado em Ciência, Tecnologia e Inovação. O grupo promove um abaixo-assinado contra a PEC e se reuniu com o reitor da UFG, Edward Madureira, que declarou total apoio à demanda. Membros do grupo, que é composto por diversas entidades, como Adufg-Sindicato, ANPG, APG e SBPC, devem levar a questão aos deputados da Assembleia Legislativa do Estado para impedir a aprovação da proposta.

Novos alimentos

Uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos possibilitou a criação de dois novos alimentos altamente nutritivos: a farinha de jambolão e a farinha da palha de milho roxo. Elas foram utilizadas na criação de um pudim e foi possível extrair corantes naturais a partir dos alimentos.

Antioxidante

O estudo, realizado pela pesquisadora Bruna Ferreira Dias sob a orientação do professor da Escola de Agronomia (EA/UFG), Márcio Calieri. Estes alimentos são antioxidantes e por isso evita danos causados por excesso de radicais livres, inflamações, hipertensão arterial, infecções no trato urinário, doenças cardíacas e câncer.

Inclusão

Em comemoração ao “Dia de Mulheres e Meninas na Ciência” (11/2), a Universidade Federal de Jataí (UFJ) promoveu a exposição “Lugar de Mulher É Na Ciência” entre os dias 1 a 17 de fevereiro, no Jatahy Shopping.

Visibilidade

A proposta é a de contar a história de pesquisadoras mulheres de todo o Brasil, incluindo pesquisadoras da UFJ. “É importante que a população conheça o trabalho das mulheres na ciência. Quando a gente fala em cientista, geralmente vem a ideia de que é uma área para homens”, afirma a professora Andréia Vitor Couto do Amaral, uma das curadoras da exposição.

Objetivo

O evento realizado fora da universidade buscou promover/incentivar a produção científica de mulheres, tendo em vista que igualdade de gênero e a ciência são temas de extrema importância quando o assunto é desenvolvimento social.

Contexto

Mulheres e meninas continuam a ser minoria na produção científica. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), menos de 30% dos pesquisadores no mundo são mulheres. A igualdade de gênero deve ser considerada como uma ferramenta extremamente relevante para aprimorar e estender a excelência científica e tecnológica.

Educação Infantil

A primeira edição do Encontro Nacional de Educação Infantil foi realizada na ADUFSCAR-Sindicato, em São Carlos (SP), entre os dias 6 e 8 de fevereiro. O Adufg-Sindicato foi representado pela professora Maria José Pereira de Oliveira Dias, do Departamento de Educação Infantil (DEI/UFG), pelo presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves da Silva, e por dois professores do Cepae da UFG: Alcir Horácio da Silva e Marcos Vinicius Lopes. Organizado pelo PROIFES-Federação, o evento tem o objetivo de refletir/dialogar sobre avanços e desafios das unidades de educação infantil no âmbito das universidades.

MP 871/19

É a primeira ofensiva do governo contra a aposentadoria e a seguridade social. Anunciada como um conjunto de medidas para combater fraudes no INSS, a MP vai além, e permite a suspensão cautelar de benefícios sob suspeita de irregularidades, até que o beneficiário apresente defesa.

Foto: Luciana Porto



Foto: Luciana Porto



Estas flores coloridíssimas estão embelezando o pátio interior da Escola de Música e Artes Cênicas (Emac). Floridas desde janeiro, elas são mais um elemento que compõe o cenário e que combina com a harmonia musical e dramática da faculdade.

CTC

Existe a possibilidade de ser retirado o direito do servidor incluir o tempo de serviço trabalhado no setor privado, usando o Certificado de Tempo de Contribuição (CTC) para averbar o período trabalhado na iniciativa privada, e vice-versa, para fins de aposentadoria.

CS Candidatos

O Centro de Recursos Computacionais (CERCOMP) lançou no final de janeiro, em conjunto com o Centro de Seleção, o aplicativo CS Candidato. Ele permite que, de uma maneira mais fácil e com interface mais amigável, candidatos inscritos em processos seletivos ou concursos realizados pela UFG acompanhem suas inscrições.

Demandas

A ideia para o app surgiu devido à quantidade de telefonemas que o CS recebe de candidatos com dúvidas em relação aos seus processos seletivos e o desenvolvimento contou com colaboração do professor Walison Moreira (INF). O aplicativo está disponível, até agora, apenas para dispositivos Android.

Prêmio

A dupla de estudantes de Design de Moda, Carlos Augusto Ferreira e Arthur Resende, foi premiada na categoria Negócios da 5ª Olimpíada de Empreendedorismo Universitário com o projeto Siamesas.

Conforto

O cerne do projeto é desenvolver peças íntimas de vestuário para a população trans, ao mesmo tempo atendendo a uma demanda e explorando um novo nicho de mercado. O projeto está na fase final da criação do modelo-base, e os produtos devem ser lançados em breve.

Museu Nacional

Os recursos passados pela Capes para a recuperação e reestruturação dos programas de pós-graduação do Museu Nacional já devem começar a ser aplicados. São R\$ 2,5 milhões que irão atender os seis programas de pós que atuam no museu, destruído no ano passado.

Prioridades

Os recursos foram passados diretamente aos coordenadores dos programas de pós-graduação da UFRJ e a distribuição levou em consideração o número de professores e alunos, o levantamento das perdas de equipamentos e estruturas prioritárias para normalizar, na medida do possível, as atividades de pesquisa e orientação o quanto antes.

*Professora Rosália Santos Amorim
Jesuino e professora Márcia Pelá (dir.)*



Foto: José Abrão

Projeto incentiva a ciência nas escolas

Realizado pela UFG em parceria com a SBPC-Goiás, Socializar vai às escolas públicas promover o conhecimento e fomentar ingresso dos alunos no ensino superior

Luciana Porto

Democratizar o conhecimento produzido nas universidades e incentivar o acesso dos estudantes de escolas públicas ao ensino superior. Esse é o objetivo do Socializar, projeto de extensão da Universidade Federal de Goiás (UFG) realizado em parceria com a regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/GO). A iniciativa é desenvolvida há quatro anos e leva até as escolas públicas de Goiânia e região metropolitana trabalhos de iniciação científica, monografias, dissertações e teses de diferentes áreas do conhecimento desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior do Estado.

A coordenadora do projeto e professora do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFG, Rosália Santos Amorim Jesuino, conta que o grupo é formado por voluntários da graduação e pós-graduação, além de alunos da Faculdade Alfredo Nasser (Unifan). Segundo ela, os trabalhos eleitos para debate nas escolas são baseados nos vencedores do Prêmio SBPC/GO de Popularização da Ciência, realizado anualmente pela instituição a fim de fomentar a ciência entre estudantes de graduação e pós-graduação. “A

linguagem acadêmica não é acessível, por isso tentamos ao máximo tornar a conversa o mais próximo possível da realidade das escolas. Já observamos também que a prática gera mais interesse, então focamos muito em oficinas e dinâmicas, mas sem esvaziar o conteúdo”, revela Rosália.

Polaridade

Secretária regional da SBPC e professora da Unifan, Márcia Pelá comenta que mais do que levar conhecimento e ciência para as escolas públicas, o Socializar também incentiva o ingresso dos estudantes na universidade. Ela explica que, além da evasão escolar, outro problema que afeta as escolas públicas é a falta de perspectiva dos alunos para o futuro. “Por mais que o acesso esteja mais popular, o espaço universitário ainda é muito elitizado. Se você conversar com os estudantes dessas escolas vai perceber que a maioria deles não se vislumbra dentro de uma universidade. O filho do pedreiro que vira médico é notícia”, lamenta.

Outra questão levantada por Márcia é a falta de abordagem científica nas escolas públicas. A professora e representan-

te da SBPC critica que no ensino básico pouco se fala do assunto, o que prejudica até mesmo a percepção dos alunos sobre tecnologia e ciência. “Quando levamos os trabalhos para essas instituições temos que usar outra linguagem para que os alunos consigam entender, porque lá eles aprendem apenas o trivial, não desenvolvem o pensamento abstrato. Infelizmente a pesquisa, a ciência e a tecnologia são elite no Brasil”, completa.

Experiência

Nos anos de 2014 e 2015, Rosália conta que o Socializar visitou pelo menos 60 escolas por ano. Entretanto, a iniciativa não possui mais recursos e bolsas para os participantes, o que reduziu consideravelmente o tamanho da equipe de trabalho. De acordo com a coordenadora da iniciativa, os voluntários são oriundos de escolas públicas e por isso mantêm uma relação afetiva com o projeto. Outra questão levantada por Rosália é que os autores dos trabalhos selecionados seriam os mais indicados para a divulgação, entretanto nem todos se envolvem.

“Atualmente nós conseguimos realizar apenas uma edição do Socializar por mês, e normalmente em escolas onde os nossos voluntários estudaram. Mas mesmo assim estamos com muitas dificuldades. Os alunos que se empenham nesse projeto são alunos que precisam de bolsa”, reforça. Entre tantas experiências vividas durante os quatro anos do Socializar, Rosália destaca a falta de estrutura das escolas como o ponto mais negativo, e o desejo dos alunos em aprender o lado positivo. Ela conta que a equipe desenvolve outro projeto que se chama SBPC vai à Escola, que aborda temáticas mais urgentes para os estudantes e unidades escolares. “Eles são muito carentes de informação e conhecimento. Muitas vezes vamos até essas escolas e os próprios professores nos pedem para trabalharmos outros assuntos, como as drogas, por exemplo. Já falamos sobre vitaminas e vacinas, que são dois termos que eles confundem muito, fizemos hortas, discutimos rótulos de alimentos, e outros. A gente escuta tanto falar que o governo está investindo na educação básica, mas quando chegamos nessas escolas não vemos esse investimento.”

Fica Espanhol: sociedade unida pela educação

Movimento pela restauração da obrigatoriedade de oferta do espanhol no ensino básico ganha tração no país e em Goiás

José Abrão

O movimento Fica Espanhol teve início no Rio Grande do Sul e foi uma reação à Lei 13.415 de 2017 que retirou a obrigatoriedade da oferta do ensino de Espanhol nos níveis básicos da educação brasileira. A medida pegou alunos e professores de surpresa, já que o espanhol é a língua mais procurada no Enem, além de ser a língua oficial do Mercosul e de 21 países pelo mundo, muitos deles nossos vizinhos sul-americanos. A decisão, que o movimento vê como unilateral por parte do governo, ainda deixa como oferta obrigatória o ensino do inglês, promovendo claramente uma preferência e retirando dos alunos a liberdade de escolha. Além disso, a lei vai

de encontro à Lei 11.161 de 2005, que garantia a oferta obrigatória do espanhol no Ensino Médio e facultativa no Ensino Fundamental.

Em Goiás, o movimento começou de forma bastante tímida em agosto do ano passado e veio justamente de uma aluna egressa da Faculdade de Letras (FL) que recebeu a notícia de que iria perder as aulas na escola em que trabalhava e, nesse momento já sabendo do movimento a nível nacional, lá no Rio Grande do Sul, procurou seus professores da UFG. “Conversamos sobre o que poderíamos fazer para promover o Fica Espanhol aqui em Goiás. Tivemos uma reunião com alunos, com todas as pessoas no miniauditório, e depois entre a área e com um advogado para visualizar mais ou menos a organização disso”, relata a professora da FL, Patrícia de Castro Machado, “mas como estávamos em ano eleitoral, sabíamos que toda a busca e as questões políticas naquele momento podiam simplesmente desaparecer em 2019”.

Sendo assim, o movimento tomou forma e ganhou força a partir de janeiro. “Conseguimos mobilizar mais pessoas, realizar mais ações, fomos a



Professora Patrícia de Castro Machado em degrau que relembra o Nobel de Literatura, Gabriel García Márquez

algumas embaixadas e continuamos procurando apoio entre elas em Brasília. É uma mobilização popular, não apenas entre professores que estão perdendo seus empregos, mas entre pessoas que apoiam o movimento e querem o espanhol nas escolas”, conta Patrícia. A luta pela permanência do espanhol como oferta obrigatória nas escolas vai de acordo com o histórico do ensino de idiomas no Brasil, porém com o passar dos anos, essa diversidade de opções foi sendo sistematicamente reduzida: “antigamente tínhamos um cenário plurilíngue nas escolas. Isso foi mudando com o tempo, com as Leis de Diretrizes e Bases. A gente começa a ter uma educação que não visa essa pluralidade e o espanhol vai navegando nisso aí”, diz Patrícia.

Ela conta que após a Lei 11.161 de 2005, houve um grande crescimento pela procura do curso universitário de espanhol, para formar professores. Porém, de lá para cá, Patrícia relata que as mudanças na lei afetaram o número de alunos. “Quando chegou a MP, foi um grande desespero geral. Até mesmo aqui dentro da Faculdade de Letras a gente já teve diminuição de alunos de Letras/Espanhol, com

alunos partindo para os cursos de Português e Inglês. Sentimos de imediato alunos saindo do curso”, conta Patrícia. O impacto no mercado de trabalho foi enorme. Segundo a professora, nas escolas estaduais apenas os professores efetivos conseguiram manter seus empregos, mas mesmo assim enfrentaram dificuldades: “a oferta passou a ser optativa, mas isso dificulta muito para o professor fechar sua carga horária na escola”. Já nas particulares, a maior parte retirou o espanhol inteiramente da grade, talvez até mesmo por uma questão de lucro: “sem espanhol, é um profissional a menos para pagar. Muitos dos nossos egressos sentiram de imediato os efeitos provocados por essa legislação: começaram a perder o emprego, a sofrer redução de salário”.

Medidas

O movimento para reverter este quadro tem sido a nível estadual. Rio Grande do Sul, Rondônia e Paraíba já conseguiram aprovar leis que tornam a oferta de espanhol obrigatória nas escolas dos seus estados via Emenda Constitucional. A ideia é conseguir a mesma coisa por aqui. Segundo Patrícia, o Fica

Espanhol em Goiás já está se articulando neste sentido com o auxílio de advogados, está em contato com o deputado estadual Virmondes Cruvinel (PPS), que deve levar o projeto à Assembleia Legislativa.

Enquanto isso, o Fica Espanhol angaria simpatizantes pelas mídias sociais, especialmente Instagram e Facebook, com vídeos de apoiadores, professores, alunos, e membros da sociedade em geral. “Na UFG procuramos várias unidades para solicitar moções de apoio, a própria Faculdade de Letras já está com texto para ser encaminhado ao conselho diretor para aprovar essa moção e começar a divulgar”, conta Patrícia, “procuramos os sindicatos, não apenas o Adufg-Sindicato, mas também Sintego, Sinpro, todos estão apoiando e mesmo o Conselho Estadual de Educação se mostrou bastante receptivo”. Na UFG o movimento conta com o apoio da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e “estamos elaborando uma moção de apoio para ser passada pelo Consuni e termos este apoio oficializado. Outras instituições de ensino estão envolvidas, como o IF, a PUC. Não é uma mobilização só em Goiânia, mas de todos os municípios de Goiás”, informa.

Foto: José Abrão

Mulheres ainda são minoria

Dados revelam que os órgãos administrativos, unidades acadêmicas e acadêmicas a maioria dos docentes da universidade. Conheça histórias de diretoras que

Luciana Porto

Embora as mulheres sejam a maioria dos docentes da Universidade Federal de Goiás (UFG) e regionais, sendo 51% do total dos 2.887 professores ativos, elas ocupam somente um terço dos cargos de gestão dos órgãos administrativos, unidades acadêmicas e acadêmicas especiais, na proporção de 19 mulheres para 38 homens diretores. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também revelam que as mulheres são a maior parte dos discentes nas instituições de ensino superior. O levantamento realizado em 2016 aponta o total de 23,5% de mulheres brancas contra 20,7% dos homens brancos com ensino superior no país, diferença que fica ainda maior com recortes étnicos raciais, com 10,4% das mulheres negras e 7,0% dos homens negros.

Essas questões de gênero ganham cada vez mais importância global, e estão presentes em quase todos os objetivos estipulados pela agenda da Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável. Mais do que uma data comemorativa, o Dia Internacional da Mulher é uma oportunidade para reflexão sobre o papel que a mulher exerce na sociedade, as desigualdades e equalização dos direitos, e o combate à violência.

O *Jornal do Professor* conversou com algumas dessas mulheres que ocupam colocações de gestão dentro da universidade. Donas de personalidade única, elas falaram sobre o enfrentamento de cada uma das dificuldades em suas trajetórias, o pioneirismo por serem, na maioria das vezes, a primeira docente do sexo feminino a assumir um cargo de chefia dentro da sua unidade, e como se deu essa ascensão.

Representatividade

O ano era 2015 quando alunas do curso de Direito ligadas ao movimento feminista espalharam cartazes de protesto pelos corredores da faculdade. A frase “Tire seus rosários dos meus ovários” foi considerada ofensiva ao símbolo religioso, e culminou numa denúncia à polícia por meio da direção da própria unidade. Quando tomou conhecimento da causa, a docente Bartira Macedo de Miranda impetrou um habeas corpus com o intuito de evitar

que as quatro meninas envolvidas respondessem criminalmente pelo ato.

A estratégia deu certo, e a Justiça mandou suspender a investigação, cuja decisão do juiz Denival Francisco da Silva considerou a investigação desprovida de tipicidade criminal. À época, Bartira foi recebida com aplausos em um ato organizado pelas estudantes enquadradas, que fizeram discursos pela pluralidade de pensamentos na FD. Este episódio foi um dos fatores que contribuíram para a ascensão da docente à direção da unidade. “Eu já participava do debate interno da faculdade sobre o assunto, mas a visibilidade veio depois disso”, lembra Bartira.

A história da Faculdade de Direito tem suas raízes ainda no século XIX. Como uma das primeiras a serem implantadas no país, foi precedida apenas pelas Faculdades de Recife, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Ouro Preto. Em 120 anos de história, Bartira é a primeira mulher a ocupar a diretoria da unidade. Quando se candidatou, a docente não tinha concorrentes para o cargo. A chapa era única. Contudo, houve resistência. “Na época todos os meus colegas docentes concordavam que eu era o melhor nome para o cargo. Apesar disso, houve o movimento pelo voto nulo.”

Agora, na direção da unidade desde 2017, Bartira fala com propriedade sobre a desproporção ‘deles’ sobre as mulheres em posições de destaque. Segundo a docente, o Direito carrega um estigma histórico cultural muito forte de homens e brancos. “O Direito foi construído a partir de um olhar masculino, e apesar desse cenário ser outro nos dias de hoje, ainda temos a maioria dos doutrinadores, autores de livros e palestrantes da área como homens. No campo do Judiciário temos cada vez mais a participação da mulher. Por exemplo, na Justiça Trabalhista, 14 Tribunais Regionais do Trabalho são presididos por mulheres, o que não se repete nos outros tribunais”, observa Bartira.

Sobre o preconceito por ser mulher e estar em um cargo de gestão, a docente é enfática: “Eu passo por cima!” Resiliente, Bartira argumenta que, sobretudo no Direito, é comum o exercício do controle e autoridade ser caracterizado como inapropriado,

no entanto, a docente afirma não ter receio em desagradar opositores. “Eu tenho habilidade em lidar com pessoas. Nós temos a cultura de que a democracia significa cada um fazer o que quer, mas eu deixo bem claro que enquanto eu estiver na direção da unidade eu vou dirigir a unidade. Eu não tenho nenhum problema em dar uma ordem enquanto chefe. Faz parte do jogo”, ressalta.

Pioneirismo

“Eu tenho fama de brava”, destaca Maria Clorinda Soares Fioravanti, diretora da Escola de Veterinária e Zootecnia. A docente é a primeira mulher das Ciências Agrárias a assumir um cargo de direção de unidade. “Fui a primeira mulher a ser presidente da Associação Latino-Americana de Buíatria, que é um segmento da Medicina Veterinária que trabalha com ruminantes, e então me perguntei por que eu não poderia ser a primeira mulher diretora da EVZ. O que me motivou foi isso, nunca ter havido antes uma mulher na direção da unidade”, conta.

Graduada em Medicina Veterinária pela UFG, Maria Clorinda conta que à época da sua formação o curso era predominantemente masculino, a proporção de mulheres era de sete para cada 40 homens. Hoje, a diretora conta que essa realidade mudou. Apesar disso, as áreas de atuação da profissão com animais de grande porte ainda são dominadas por ‘eles’. “Primeiro vem a ocupação do espaço, depois a conquista do poder. Quando entrei como docente na universidade éramos pouquíssimas mulheres, esse perfil foi mudando e hoje somos maioria. Quase 60 anos depois da criação da EVZ, somente agora conseguimos a direção da unidade”, analisa Maria Clorinda.

Personalidade forte. Sem distinguir se ela foi causa ou consequência das suas conquistas profissionais, a diretora conta que nunca se permitiu intimidar diante do assédio sofrido diversas vezes. O tom de voz alto, conversar olhando nos olhos e se posicionar sem nenhuma timidez foram as estratégias de Maria Clorinda para superar os desafios. “Todas as vezes que passei por uma situação constrangedora, eu coloquei limites e segui meu caminho como se nada tivesse acontecido.

Sempre fui muito decidida! Eu entrei na faculdade dois anos antes de todo mundo, cursei um ano de física, mas aos 21 anos eu já estava formada. Independente se eu tivesse feito outras escolhas na minha vida, com certeza eu estaria aonde estou hoje: dentro de uma universidade dando aulas e fazendo pesquisa.”

Protagonismo

Um pouco diferente das demais, a Faculdade de Odontologia teve a sua primeira mulher diretora no ano de 1994, quase 50 anos depois da sua fundação, em 1945. Atualmente, a gestão da unidade está nas mãos de Enilza Maria Mendonça de Paiva, a terceira docente do sexo feminino a assumir o cargo. Proativa e habilidosa, ela conta que recebeu da mãe – desde a infância – as instruções para sempre estudar, trabalhar e conquistar a própria independência. “Eu nunca encontrei barreiras durante a minha trajetória. Se eu fosse um homem, não faria a menor diferença, eu faria o meu trabalho da mesma forma como faço hoje”, ponderou a professora.

Apesar disso, Enilza comenta que a maior dificuldade da mulher no mercado de trabalho atual é a conciliação da carreira com a família. Preocupação confirmada por meio de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2017, que revelou que as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana, em função da dupla jornada. “Ser mãe te exige um pouco mais, é quando você sente a diferença de ser mulher”, completa.

Outro dado importante revelado pela diretora é que dois terços do quadro de professores do curso de Odontologia são compostos por homens, porém a maioria dos discentes são mulheres. De acordo com ela, é crescente a quantidade de mulheres nos cargos de direção e coordenação dentro da universidade, e que nas ciências da área da saúde isso é ainda mais gradual. “Há pouco tempo nós tínhamos um grupo de WhatsApp que se chamava Diretoras da Saúde, porque todas nós éramos mulheres”, brinca a docente.

em cargos de direção na UFG

especiais possuem a maioria de gestores homens, apesar das mulheres serem superaram os próprios desafios, e hoje se destacam em cargos de gestão



Depois de 120 anos, Bartira Macedo de Miranda é a primeira mulher na diretoria da Faculdade de Direito

Foto: José Abrão



Maria Clorinda Soares é a primeira docente do sexo feminino a assumir uma diretoria nas Ciências Agrárias

Foto: Luciana Porto



Enilza Maria Mendonça de Paiva é a terceira diretora da Faculdade de Odontologia

Laboratório promove inovação em testes sem animais

Com técnicas inovadoras e progressistas, laboratório de toxicologia da universidade é referência global quando o assunto é a não utilização de animais em testes e pesquisas

Foto: José Abrão



Marize Valadares exhibe um dos prêmios Lush conquistados pelo laboratório desde 2017

Luciana Porto

Mais do que um compromisso ético, a substituição do modelo animal por métodos alternativos em testes nos laboratórios reflete a maturidade e avanço da ciência atualmente. Referência para outras instituições, o Laboratório Tox In da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás recebeu no ano passado o Prêmio Lush na categoria Training and Education. A premiação é uma iniciativa da Lush Prize Fund e da Instituição Ethical Consumer Research Association em reconhecimento a ações e grupos que promovam a substituição dos animais no ensino e pesquisa.

Professora e coordenadora do Laboratório Tox In, Marize Campos Valadares conta que este não é o primeiro “The Lush” conquistado pelo laboratório. Em 2017, outra conquista foi realizada com um projeto criado pela docente e um aluno do doutorado, em que desenvolveram uma técnica para medir a toxicidade usando aminoácido da pele humana. Além disso, a promoção de treinamentos com métodos inovadores rendeu à Marize o prêmio da Rede de Educação Humanizada em 2018.

“Por sair da UFG e treinar pessoas fora ou trazer pesquisadores, reguladores e alunos de iniciação científica que nós ganhamos esse prêmio. É a primeira vez que o Brasil ganha um prêmio desse e não está no eixo Rio-São Paulo. Nós não temos o apoio e todos os investimentos que foram feitos naqueles Estados, dependemos muito de recursos federais aqui em Goiás”, pontua.

Pioneirismo

De acordo com Marize, a pesquisa de métodos substitutivos ao modelo animal começou em 2004. Ela lembra que quando ingressou como docente na universidade não havia a modalidade de pesquisa, e os laboratórios eram utilizados apenas para aulas, encorajando-a a construir um grupo de pesquisa. A primeira técnica a ser desenvolvida foi a de cultura de células, pontapé inicial para tudo que foi conquistado até hoje. “Eu percebi que essa técnica poderia ser usada para substituir os animais em pesquisas, e então eu publiquei o meu primeiro artigo sobre esse assunto. A partir daí fui criando uma massa de pessoas

que tinham interesse pelo mesmo assunto e fazendo workshops”, conta.

Mais do que métodos alternativos, a coordenadora do laboratório pontua que são métodos inovadores. Isso porque conseguem prever, de forma muito mais satisfatória do que em animais, o efeito de uma substância nas células humanas. Outro ponto que Marize aborda é que além de evitar o sofrimento animal, a implantação desse tipo de técnica para testes quebra uma barreira comercial para o Brasil. “Os produtos produzidos aqui não podem ser comercializados externamente se não atenderem a legislação de somente usar modelos não animais. O exemplo mais claro são os cosméticos, cujas legislações fora do país proíbem testes em animais”, ilustra a docente.

Ciência

De acordo com Marize, várias ferramentas são utilizadas durante o processo. A toxicologia se apropria de toda a tecnologia da ciência para identificar as substâncias que serão tóxicas ou não e, mais do que isso, determinar

limites para seu uso. Por exemplo, se determinada substância tem a característica de ser tóxica para o fígado, na metodologia inovadora de teste são utilizadas células do fígado provenientes de pacientes ou banco de células (ou será desenvolvido um tecido para esta finalidade). Na próxima etapa, essas células vão proliferar, sendo possível a aplicação do teste. “A substância vai interagir com a célula e desencadear um processo bioquímico que ao final vai ser ruim para a célula. Ela vai morrer, ou vai perder sua função, ou o tecido vai perder sua função”, completa.

Disseminação

Em 2018, durante um congresso de métodos alternativos realizado no Rio de Janeiro, Marize recebeu da L’Oréal um convite para desenvolver em parceria com a marca novos métodos para testes de fotoalergenicidade. O contato surgiu depois da docente apresentar no evento o método de fototoxicidade criado pelo Laboratório Tox In, e que rendeu o prêmio “The Lush” de 2017. “É goiano, brasileiro e público. Talvez por falta de discernimento a gente faça escolhas que não são as que vão mais contribuir, e por sorte temos feito escolhas que de fato vão chegar na população e vai impactar de alguma forma”, festeja.

Além dessa conquista, a professora comemora a parceria com a ONG Humane Society International, entidade que, dentre suas atuações, milita pelo fim dos testes em animais para cosméticos. “Nós faremos vídeos das nossas técnicas, e o que é mais bacana é que ele será feito em inglês, com a perspectiva de traduzir para o mandarim, espanhol, português e talvez francês. Esse material vai ficar na página da HSI e eles vão distribuir para o mundo inteiro. Estou muito feliz, porque vai ao encontro de uma coisa que eu tenho feito que é a comunicação em ciência, é dar um retorno para a sociedade sobre o que a gente faz, que de fato a gente pode mudar a vida das pessoas”, finaliza Marize.

Insalubridade: sob ameaça de cortes, problemas permanecem

Questões na própria legislação referente aos adicionais são problemáticas enquanto laboratórios permanecem longe das condições ideais



Foto: Luciana Porto

Elizabeth Mendes, do ICB: “Quero saber como meu laboratório pode ser seguro”

“Mas vocês querem adicional, não querem um ambiente saudável? Claro que a gente quer um ambiente saudável! Nós não temos um ambiente saudável”, desabafa a professora Elizabeth Mendes, do ICB. O assunto voltou a ser pauta após uma portaria do Ministério do Planejamento (MPOG) ameaçar suspender o pagamento do adicional dos servidores. O adicional só não foi suspenso graças a uma liminar do Adufg-Sindicato que foi acatada pela Justiça Federal.

“Pede-se um laudo que seja embasado na última mudança da legislação, que foi em 2012. Nesse sentido, quem tem laudo antes de 2012, não vai estar adequado à nova legislação porque a pessoa não tem como prever o futuro”, expõe o advogado do Adufg-Sindicato, Elias Menta. “Os laudos estão corretos conforme a legislação da época em que foram feitos, nada mais natural do que isso, não se pode exigir que um laudo feito antes contenha o que foi exigido depois.”

Esta foi a base para a ação judicial proposta pelo sindicato: “Como que vai tirar o adicional de um servidor que recebe há 20, 30 anos, que está no mesmo local de

trabalho, com as mesmas condições, sem fazer novas medições, sem emitir um novo laudo? O Judiciário concordou com a gente, que não podiam proceder desta forma”, aponta o advogado. Da forma como está, os pagamentos devem continuar e as devidas avaliações e medições serão feitas de acordo com um cronograma ainda não divulgado pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass). A posição é de que a universidade não pode fazer nenhum corte dos adicionais ocupacionais sem a realização de um novo laudo que ampare que a pessoa não está mais exposta a uma condição insalubre.

“O governo está mostrando que quer cortar, isso é um fato. É justo, bom, está dentro da lei? Mas a lei é correta? Deve haver o corte desde que haja condições saudáveis. Temos que rever essa legislação”, afirma Elizabeth. Ela conta, por exemplo, que apenas no prédio em que ela atua existem cinco biotérios sem a ventilação adequada. Odor vaza para o corredor: “é pura amônia!”. Ela defende que os prédios antigos com laboratórios precisam passar por reformas amplas e significativas ou os problemas não se resolve-

rão: “o que critico é que eles vêm e só olham: ‘Ah, você mexe com isso e isso’. Eu sei, meu filho, eu quero saber o que é necessário para aqui ser saudável, como meu laboratório pode ser seguro.”

Menta diz que a legislação é “uma norma que é muito superficial, construída de forma muito genérica”, com “problemas de atualização e de interpretação do que é o trabalho do servidor”. “O MPOG possui normas regulamentadoras (NR) que disciplinam a insalubridade, periculosidade, pela lógica do mercado privado”, esclarece Menta, “para o servidor público, o MPOG emitiu algumas normativas que disciplinam como é que vai ser pago, quais são os reagentes”. O resultado é um híbrido das aplicações do MPOG com algumas normas do antigo Ministério do Trabalho e Emprego.

Como o MPOG faz uma disciplina geral, ele não tem a especificidade característica do docente, que é uma carreira muito específica. “Deveria haver uma regulamentação específica para o magistério superior, porque há uma série de questões que são muito distintas das outras carreiras. Você vai em um laboratório de Química em que

o professor está exposto a dezenas de reagentes e muitas vezes os laboratórios são compartilhados, então o que um está pesquisando, o outro não está, mas estão no mesmo ambiente e as substâncias estão no ar”, justifica Elias.

O ICB

Em entrevista ao Jornal do Professor, tanto o professor Gustavo Pedrino, diretor do ICB, quanto Marco Antônio de Oliveira, secretário de Infraestrutura da UFG, relataram que a gestão faz o possível para combater a insalubridade dos espaços da universidade e investir em manutenção, mas que a demanda supera, e muito, os recursos disponíveis. “O sistema público é um pouco mais moroso que o privado”, resume o professor. Ele conta que a diretoria está em contato constante com a Secretaria de Infraestrutura (Seinfra) da UFG, e que uma reforma hidráulica dos prédios antigos do ICB, assim como a substituição dos biombos por alvenaria estão nos planos, porém os recursos são realmente escassos.

Para resolver questões maiores, o caminho tem sido por financiamento através de programas, como o CT-Infra, da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep). Assim o ICB já conseguiu realizar uma reforma elétrica. Agora, foram aprovados R\$ 6 milhões destinados à reforma dos biotérios e construção de um novo. Outras questões pendentes, como a substituição dos extintores e instalação de capelas, estão previstas para este semestre.

“O tempo que a gente está vivendo, politicamente, torna isso ainda mais difícil. Deixar o ICB como queremos é uma coisa que vai demandar muito tempo e recurso”, finaliza o diretor. “O ICB é a maior unidade acadêmica em número de professores, técnicos e a área física também. São quatro prédios de 1972. A rede de água, de esgoto e prevenção de incêndios já temos um projeto, mas não conseguimos recursos”, esclarece Marco Antônio. “Temos feito intervenções pontuais nos laboratórios. Todo o investimento de reforma e manutenção vem do nosso recurso de custeio, que hoje na universidade é muito abaixo das necessidades”, lamenta.

Banda Pequi lança álbum ao vivo com Lenine

José Abrão

Se você gosta de música ao vivo e mora em Goiânia, provavelmente já ouviu falar da Banda Pequi, o que você talvez não saiba é que a big band é um projeto de extensão vinculado à Escola de Música e Artes Cênicas (Emac), que coloca cerca de 20 músicos no palco. O projeto é encabeçado pelo professor Jarbas Cavendish Seixas e foi idealizado por ele e por Alexandre Magno, que hoje coordena a big band Rubação Jazz, da UFPB. Hoje em dia, a mágica acontece no Laboratório de Música Popular Bororó Felipe, em homenagem ao contrabaixista goiano, “um dos melhores da atualidade”, destaca Jarbas. Agora a banda se prepara para lançar um DVD ao vivo com Lenine, gravado no ano passado e que serviu para coroar os 19 anos dessa história.

Mas este não é o primeiro DVD da Banda Pequi. A primeira gravação veio através do Itaú Cultural, em 2005; depois os projetos foram ficando mais ambiciosos, com um CD com Leila Pinheiro e Nelson Farias, em 2010; um DVD com João Bosco e Nelson Farias, em 2015; e, agora, com Lenine e Carlos Malta. A Banda Pequi é um projeto de extensão, se alimentando da disciplina do conjunto musical e formada por alunos da graduação, da pós-graduação, ex-alunos, professores e músicos da comunidade. “No projeto os integrantes recebem bolsa e a escola é o celeiro para os nossos músicos”, explica Jarbas. “A disciplina dá oportunidade para os alunos de graduação verem esse repertório interessante, de praticar, de tocar, de ver essa formação big band e substituir eventualmente ou efetivamente membros da Banda Pequi principalque se dá sempre pela disciplina de conjunto.”

A banda começou humildemente em 2000 e foi crescendo. Segundo o professor, no começo eles faziam coisa de dois shows por ano; em 2018 foram 16 apresentações. Ele descreve que para o aluno, a Banda Pequi é uma experiência única, especialmente ao se trabalhar com artistas convidados. “Isso traz pra sala de aula a dinâmica do

Com 19 anos de história, projeto de extensão da Emac está no auge do sucesso

Foto: Divulgação/Marco Monteiro



Lenine ao lado dos professores

Foto: Luciana Porto



Jarbas no laboratório de música popular da EMAC

mundo profissional, do arranjador profissional, do artista consagrado. É uma experiência inacreditável para os alunos em todos os sentidos. A performance musical da Banda Pequi

atingiu um nível extremamente desenvolvido.

Não tem nada parecido no meio universitário”, afirma. O professor destaca que é um projeto da universidade e que só deu certo

graças ao investimento dos reitores. “A universidade investiu muito nesse projeto. Apostou. No site da Proec tem as exigências pra você ter um show da Banda Pequi. Isso foi construído com o tempo”, conta Jarbas. O resultado disso tudo foi o refinamento da equipe: “nos profissionalizamos bastante, não só musicalmente, mas em termos de produção. É uma máquina eficiente e a metodologia aplicada prova isso.”

Tudo isso culminou na gravação com Lenine, que era um desejo antigo do professor: “O Lenine é muito amigo meu. Ele é um cara que hoje tem visibilidade internacional e eu tenho certeza que esse show vai ser um divisor de águas para nós. O show do João Bosco tem mais de 200 mil visualizações no YouTube, para mim, isso são 200 mil pessoas vendo uma sala de aula.” Para o Lenine, ele espera muito mais visualizações. “Eu conheço Lenine desde o tempo do Salesiano, ele foi pro Rio muito cedo, eu fui também e a gente morava na mesma rua. Eu fazia muita música com as primas dele”, relembra Jarbas, que também é natural do Recife. “Eu lembro de quando ele gravou o primeiro K7 dele, ele foi lá em casa me mostrar. Então ele topou fazer esse projeto com a gente, foi muito na camaradagem, é um cara de um rigor e um talento muito grande.”

Além disso, o show foi o recital de defesa de mestrado do professor Jarbas. “Nunca vi uma defesa assim. Ela podia ter sido feita comigo tocando um piano nessa sala com três caras assistindo. Ao invés disso eu passei com Carlos Malta, Lenine, com toda a pós-graduação, com o reitor, as pró-reitorias. Foi um evento. Trouxe o popstar do Lenine pra dentro da universidade”, ele lembra brincando. O tema central da dissertação foi o papel de formação da Banda Pequi, baseado no relato de todos os integrantes e ex-integrantes que se formaram músicos de carreira após passar por ela. “É realmente uma prática, o cara melhora. Fazendo a análise dos registros, DVD, CD, vimos que realmente a banda mudou. Tive esse feedback, todos falaram da transformação por que passaram através da Banda Pequi.”

Contra a maré

A atuação de mulheres pesquisadoras no interior de Goiás contribui para a emancipação feminina em todo o país, sobretudo na área de Ciência, Tecnologia e Inovação

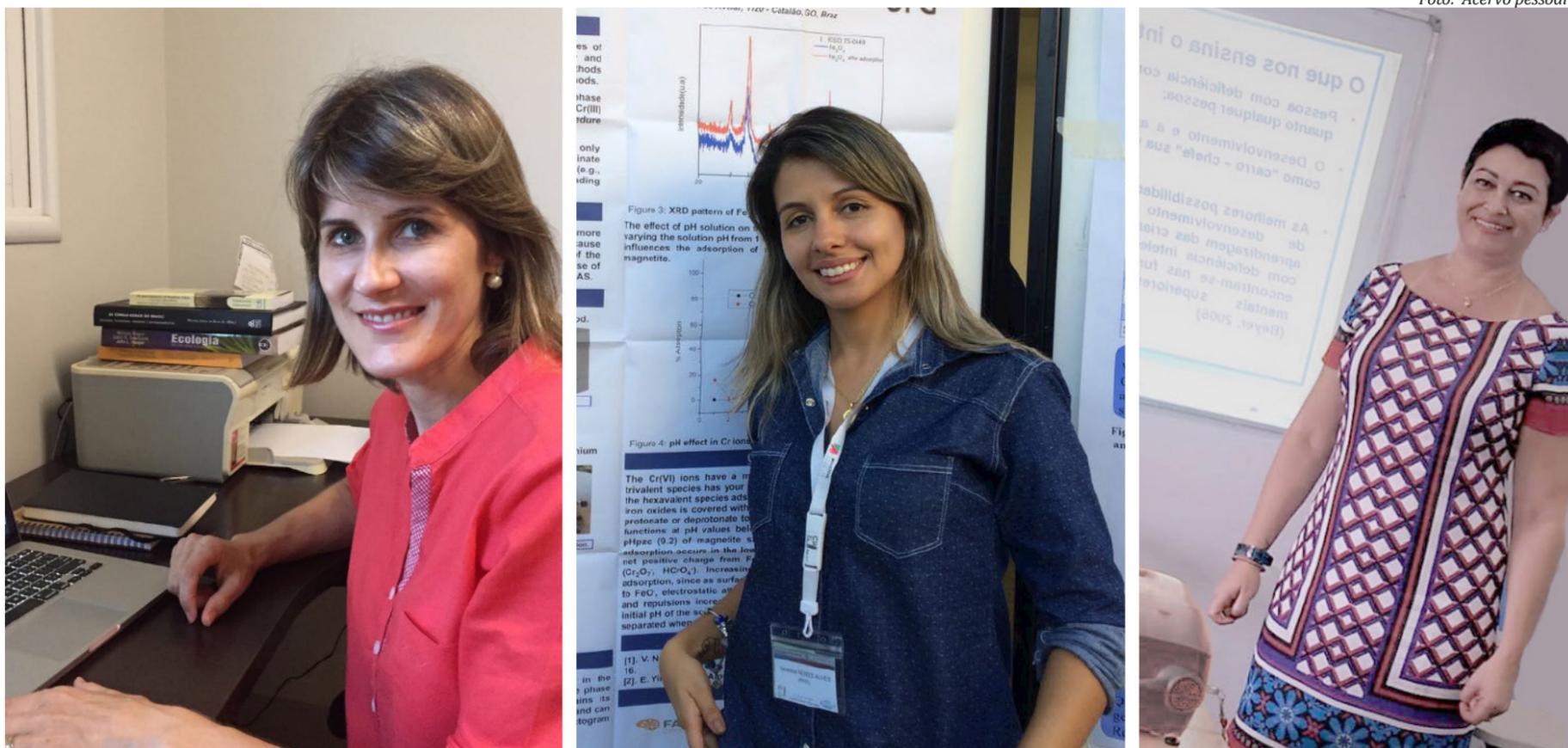


Foto: Acervo pessoal

Levi Carina Terrible (esq.), Vanessa Nunes Alves (centro.) e Denise de Oliveira (dir.)

Bruno Destéfano**

A desigualdade entre os gêneros no mercado de trabalho da maioria dos países é uma realidade de curto, médio e longo prazo. O Fórum Econômico Mundial indica, desde relatório publicado em 2015, que a equiparação de oportunidades somente será alcançada daqui a pelo menos 76 anos. Quando o assunto é ciência e estudos científicos, a situação também não é favorável: de acordo com Leila Saadé, presidente da Rede Francófona de Mulheres Responsáveis pelo Ensino Superior e Pesquisa (Resuff), as mulheres são minorias nas instituições de pesquisa, ciência, processos de tomada de decisão e ensino, especialmente nas posições hierarquicamente superiores.

No entanto, indo contra as perspectivas generalizadas mundo afora, a participação de mulheres na ciência brasileira cresceu substancialmente ao longo dos últimos 20 anos. Pesquisa realizada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) confirma que a categoria passou a ser maioria desde 2004. O crescimento da participação feminina também encontra subsídio na formação acadêmica e na realização de pesquisas científicas, de acordo com informações coletadas na Plataforma Lattes do Conselho Nacio-

nal de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Esse avanço só foi possível graças à soma de todas as conquistas das mulheres em diferentes regiões do país, incluindo o trabalho científico amparado pela Universidade Federal de Jataí (UFJ), a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e a Regional Goiás da UFG. A professora e pesquisadora Levi Carina Terrible, da UFJ, é uma dentre várias a contribuir na direção da igualdade de gênero na CT&I brasileira e ela certamente tem história para contar.

Apesar de todas as adversidades no ato de se comprometer com a ciência, Carina sempre encontrou gratificação ao utilizar a prática da pesquisa na sala de aula, compartilhar o conhecimento com estudantes e se envolver com questões importantes sobre mudanças climáticas e ecologia. Ela, hoje, é doutora em Biologia Animal pela Universidade de Brasília (UnB), atua como professora e desenvolve pesquisas nas áreas de Ecologia, Macroecologia, modelos de nicho e mudanças climáticas. Quando o assunto é preconceito com a atuação da mulher nas instituições de pesquisa, Carina é incisiva: “É mais do que necessário combater todo e qualquer tipo de

preconceito de gênero para que isso não atrapalhe a carreira das meninas e futuras pesquisadoras.”

Vanessa Nunes Alves – natural de Ituiutaba(MG) – compartilha a linha de raciocínio de Carina, mesmo advindo de outra trajetória de vida. Indiretamente, mesmo sem querer, uma complementa a história da outra. Graduada, mestra e doutora pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Vanessa tinha como plano inicial atuar no setor da indústria, porém viu o seu futuro ser completamente transformado quando recebeu o convite de uma professora, ainda na graduação, para ingressar na iniciação científica. Em 2013, Vanessa foi aprovada no concurso público e passou a integrar o time de docentes da UFCAT.

Ouvindo sempre o discurso de que as ciências exatas eram “coisa para homem”, ela já chegou na universidade orientando alunos de mestrado e se envolvendo cada vez mais na área da pesquisa. A pesquisadora comanda um laboratório em que todas as alunas atuantes são mulheres e, juntas, estudam novos métodos para análises de alimentos e água. “O maior conselho que eu posso deixar para as meninas que sonham em se tornar grandes pesquisadoras e cientistas é o seguinte: mulheres empo-

deram mulheres. Não desistir diante das dificuldades que atravessarão o caminho e, sobretudo, incentivar umas às outras”, afirmou.

E foi exatamente isso o que aconteceu com Denise de Oliveira, atuante na regional Goiás/UFG. Desde pequena sonhava em ser professora. Devido ao incentivo da mãe, pôde finalmente realizar seu sonho e se empoderar no processo. Natural do Rio Grande do Sul, ela concluiu o curso de magistério, lecionou para alunos do ensino fundamental e se graduou pela Universidade Federal de Santa Maria em Educação Especial com habilitação em “deficiência mental” (nomenclatura à época).

Há dois anos, a pesquisadora atua como docente adjunta do curso de Educação do Campo. Denise se sente feliz e, por conseguinte, privilegiada por participar das mudanças quanto à participação efetiva das mulheres na ciência. Segundo ela, a luta das mulheres é histórica, não linear e a superação dos preconceitos está intimamente ligada à união da força feminina: “Todas nós estamos vulneráveis [dentro da atual conjuntura política do país], mas ninguém deve soltar a mão de ninguém.”

** Bruno Destéfano é estudante de Jornalismo na UFG e estagiário no Adufg-Sindicato.

Uma cidade inventada

Jales Guedes Coelho Mendonça lança nova luz sobre a história de origem da capital

Lançado originalmente em 2015, *A Invenção de Goiânia* retorna em nova edição e com nova capa. O livro do pesquisador Jales Guedes Coelho Mendonça foi sua tese e joga nova luz sobre a origem da capital goiana. “O lugar da nova capital é tema de destaque na presente tese. A comparação entre o processo mudancista em Belo Horizonte e em Goiás é esclarecedora: Minas era um exemplo a ser seguido por Goiás”, escreve o professor da Faculdade de História, Noé Freire Sandes. A diferença entre as duas capitais também é abordada: “O debate sobre a construção da capital mineira teve como palco central o parlamento. No caso goiano, tal caminho seria trilhado parcialmente”, diz Sandes.

Por aqui, Pedro Ludovico optou pela via autoritária: “Primeiro diz respeito ao debate no legislativo estadual. Em meio ao clima de disputas e à reação da velha capital, Pedro Ludovico evita a edição de lei por meio da Assembleia Legislativa, rompendo o compromisso de amparar a antiga capital, e opta pelo Decreto.” Ou seja, o caminho para a nova capital, especialmente em relação à cidade de Goiás, foi cheio de percalços.

Outro momento curioso (e autoritário) vem na hora de escolher onde construir a nova capital: “Entre as inúmeras cidades que pleitearam abrigar a sede da nova capital, a modesta Campinas



A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança (2ª edição)

Jales Guedes Coelho Mendonça

Editora UFG / 688 páginas

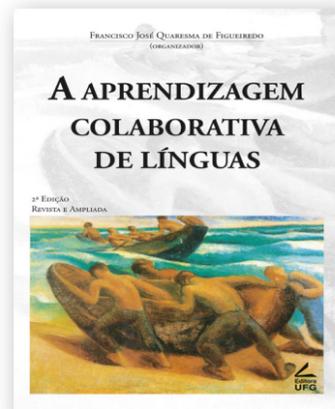
saiu vitoriosa. Embalado pela projeção do pensamento técnico, quis o interventor que a decisão fosse tomada por uma comissão”, escreve Sandes.

A tese acompanha os passos dados pela comissão, inclusive o fato de que os relatórios e estudos apontavam que a nova cidade deveria ser feita em Bonfim, mas a sede de Campinas acabou sendo imposta de qualquer forma. “Embora não claramente expresso, de Pedro Ludovico. O pequeno vilarejo cedeu lugar para a nova cidade e nada lá havia para se contrapor ao gesto emblemático do construtor. Um novo regime de historicidade se inaugura em Goiás”, finaliza Soares.

A aprendizagem colaborativa de línguas (2ª edição)

Francisco José Quaresma de Figueiredo (org)

Editora UFG / 322 páginas



A aprendizagem colaborativa de línguas reúne trabalhos realizados no Brasil, nos quais a interação e a colaboração, como formas de favorecer a aprendizagem de línguas, são enfocadas tanto no contexto de sala de aula quanto no meio virtual. Por meio de sua leitura, podemos nos conscientizar das vantagens em centrarmos a aprendizagem nos próprios alunos, visto que, ao exercerem um papel mais ativo e significativo nesse processo, eles têm a oportunidade de se tornarem mais autônomos e reflexivos. Também é relevante o fato de que o livro apresenta não só os benefícios da aprendizagem colaborativa e suas implicações, mas também suas limitações, contribuindo, assim, para uma reflexão quanto à sua aplicação como abordagem de ensino-aprendizagem. aqueles que acreditam nas potencialidades de seus alunos.

A formação de um campo político na América Latina: as organizações indígenas no Brasil

Libertad Borges Bitencourt

Editora UFG / 248 páginas



“Este livro trata de uma questão sempre presente no contexto latino-americano: a de pensar o lugar do índio no conjunto da nação. Pretende entender a visão dos indígenas com base em suas próprias organizações – sobretudo quando a voz do índio adquire maior ressonância através dos canais institucionais –, analisar a estrutura das organizações indígenas e refletir sobre uma nova sistemática vigente em outros países da América Latina.” (Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha)

A trajetória das artes de governar em Michel Foucault

Leandro Alves Martins de Menezes

Editora UFG / 192 páginas



Este livro apresenta uma espécie de topologia dos problemas de governo no pensamento de Michel Foucault, sobretudo no que concerne às condições de possibilidade e às características mais relevantes dos conceitos de biopolítica e anatomopolítica. Embasa a análise não à mera aplicação desses conceitos em suas perspectivas históricas, mas sua própria formulação no percurso intelectual de Foucault sobre as formas modernas de governar. Tal percurso foi possível de ser delineado em duas matrizes políticas: a do poder pastoral cristão/oriental e a da democracia grega. As pesquisas sobre a formação dos governos da vida conduziram aos modos de compreensão e ao estudo histórico acerca da construção de um exercício de governo na modernidade.

Ascom/Adufg



Professor Romão da Cunha Nunes recebe homenagem

Ex-presidente do Adufg-Sindicato recebe a “Medalha do Mérito Renascença do Piauí”

O ex-presidente do Adufg-Sindicato, professor Romão da Cunha Nunes, recebeu a “Medalha do Mérito Renascença do Piauí” pelo seu trabalho em garantir a igualdade social. Além disso, o doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, foi condecorado por causa de sua relevante contribuição para o desenvolvimento do Estado do Piauí e, por sua vez, do País como um todo. O prêmio foi entregue pelas mãos da governadora do Estado do Piauí em exercício, Regina Sousa. Em sua trajetória, até o momento, Romão da Cunha Nunes tem mais de 240

produções bibliográficas de grande relevância, tanto regional quanto nacionalmente. Sua experiência percorre a área de Zootecnia, com ênfase em Manejo de Animais, atuando principalmente nos seguintes temas: produção e manejo de suínos e homeopatia veterinária. O professor participou da 11ª Diretoria do Adufg-Sindicato como 1º Vice e, posteriormente, como presidente. A atual Diretoria do Adufg-Sindicato, com grande satisfação, parabeniza o Professor Romão da Cunha Nunes e destaca o respeito e orgulho a esse brilhante profissional, pesquisador, professor brasileiro.

Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq contempla 67 pesquisadores da UFG

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) divulgou o resultado preliminar da Chamada Pública n.º 09/2018 para bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ). Ao todo, 67 pesquisadores da UFG foram contemplados com bolsas. Deles, 46 bolsas foram renovadas, 12 conseguiram promoção de nível e 21 são novos bolsistas. Entre os con-

templados está o presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva. Em todo o Brasil, foram aprovadas 5.103 bolsas. A PQ tem como objetivo reconhecer e valorizar o trabalho dos pesquisadores, a produção de conhecimento científico e a inovação tecnológica. Ela existe desde 1976 e é considerada o instrumento de fomento mais tradicional do CNPq.

Professor Jameson Buarque está entre os vencedores de prêmio nacional de Literatura

O professor Jameson Buarque, diretor da Faculdade de Letras, está entre os vencedores do Prêmio de Incentivo à Publicação Literária - 100 Anos da Semana de Arte Moderna de 1922-2018, realizado pelo Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) do extinto Ministério da Cultura, agora Secretaria Especial da Cultura. Ele foi premiado pela obra À

Moda de 22, ao lado da poetisa e atriz goiana Thaíse Monteiro. Além de professor, Buarque é poeta, sendo autor dos livros *Meditações*, *Outra Troia*, entre outros. Ele também é diretor do grupo de leitura vocalizada *Corpo de Voz*, de poesia. A premiação teve como tema os 100 anos da Semana de Arte Moderna de 1922 e premiou 25 obras literárias no valor total de R\$ 40 mil.

Foto: Divulgação



Professor Jameson é diretor da FL

Nova diretoria da Emac é empossada

O professor Eduardo Meirinhos foi empossado como diretor da Escola de Música e Artes Cênicas (Emac), tendo como vice-diretor o professor Alexandre Silva Nunes. A solenidade, realizada na Sala de Reuniões da Reitoria, contou com a presença da ex-diretora Ana Guiomar Rego Souza, e do Reitor Edward Madureira. O termo de posse da

gestão, que tem duração prevista de quatro anos, foi lido pela Diretora de Administração de Pessoas, Fabiana Moreira Machado. Meirinhos é músico violonista e entrou na UFG em 1994 e já foi diretor da Emac anteriormente, assumindo o cargo em 2007, e fora vice-diretor na gestão anterior, da professora Glacy Antunes de Oliveira.

Secom/UFG



Reitor Edward Madureira com a nova diretoria

Trilhando um circuito diferente



A professora Rosângela de Castro foi a primeira docente mulher do curso de Engenharia Elétrica

Foto: José Abrão

José Abrão

Quando a professora Rosângela Nunes Almeida de Castro ingressou como docente efetiva na UFG, em 1988, ela foi a primeira mulher no departamento de Engenharia Elétrica. Ser pioneira em meio aos homens não era novidade para ela. Começou ainda em casa: única mulher entre quatro filhos com dois irmãos mais velhos e um mais novo. “Estou acostumada a ser a única mulher. Joguei futebol com meus irmãos, finca, bolinha de gude, andei de perna de pau, morei em uma casa com mangueira, subia nas árvores, fui bem moleca”, lembra. Na adolescência já era apaixonada pelas Ciências Exatas, caminho que a levou para a Escola Técnica onde se formou eletrotécnica. “Quando conheci os motores, transformadores, eu fiquei apaixonada”, disse.

Lá, outra vez, era a única mulher do curso: “O pessoal brincava muito. Havia outras meninas na Escola Técnica, mas elas faziam Edificações ou Mineração. Quando dava a hora do recreio minhas amigas iam me buscar na sala porque eu era muito tímida e os meninos faziam aquele corredor de um lado e do outro para eu desfilar”, lembra. As brincadeiras de mau gosto só pararam depois, após conquistar a amizade dos colegas de turma. No curso, enrolou transformadores, motores e aprendeu o como fazer técnico, coisas que cimentaram o

desejo de ingressar na faculdade e cursar Engenharia Elétrica.

Na universidade, a experiência foi um pouco diferente. A primeira parte do curso era no antigo Instituto de Matemática e Física com alunos de diversas áreas. “Fazíamos muitas amizades. Havia as meninas dos outros cursos. Na Escola de Engenharia só tinha eu de menina na turma, mas aí já havia sido estabelecida amizade, respeito, os professores eram muito respeitosos, não passei por bullying nenhum”, conta.

“Fui monitora de circuitos elétricos por um ano, depois fui monitora de circuitos digitais por uns dois anos. Na época o monitor tinha muita responsabilidade, dava aula de exercício, corrigia lista de exercício, a gente aplicava o laboratório, corrigia os relatórios, tínhamos total confiança do professor”, relata. Este contato teve um efeito duplo: de aumentar o amor pelo curso e de despertar o gosto pelo caminho de lecionar.

Após se graduar, continuou estudando, indo fazer uma especialização na área de Sinais, em Uberlândia, ao mesmo tempo em que surgiu uma oportunidade de trabalhar na Celg. Pouco depois, surgiu um concurso para professor substituto, em 1986, em que ela foi aprovada e continuou trabalhando na estatal e dando aulas, até passar no concurso para efetivo, dois

anos depois: “Dava aula à noite na terça e quinta e laboratório no dia de sábado”, disse Rosângela. Novamente, ainda neste período, fez o mestrado em Uberlândia através de um convênio para capacitar os professores da Escola de Engenharia.

Começou a lecionar na UFG, portanto, muito jovem, com 26 anos. Era ex-aluna, recém-formada e mulher: “Acho que foi importante, foi uma quebra de paradigma. As primeiras reuniões que eu passei no departamento eles esqueciam que havia uma professora mulher, no começo eles ainda me viam como uma aluna”, afirma, “Era um ambiente muito masculino, às vezes a discussão ficava acalorada, aí eu levantava e saía da sala sem dizer nada. Eu usei essa estratégia. Aí eles foram se policiando. Ficavam sem graça, pediam desculpa, mas foi um tempo até se acostumarem e me verem como colega de profissão.”

Nestes 33 anos, Rosângela destaca o crescimento de alunas nas engenharias. “Na minha época entravam duas, três mulheres. Hoje já temos mulheres em até 15% na Engenharia Elétrica e nas outras engenharias, como na Civil, o número já é muito significativo, em torno de 30%”, afirma e lembra que quando ingressou na UFG, a Escola de Engenharia tinha uma diretora, o que já era um sinal significativo de mudança. Como

docente, se dedicou muito à sala de aula da graduação, transitando por várias disciplinas, inclusive cobrindo para colegas que se afastavam para fazer a pós-graduação.

O doutorado não veio rapidamente: “Quando a pós veio já havia vários doutores na escola, e como eu fiquei envolvida com as disciplinas, eu não saí para fazer o doutorado porque teria que ir para a Unicamp ou USP. Por outras questões, até mesmo familiares, optei por ficar em Goiânia”, disse. Quando sentiu que era chegada a hora, fez uma escolha curiosa: “Optei por fazer o doutorado em Educação. Fiz uma pesquisa histórico-sociológica. Meu doutorado eu comecei em 2010, terminei em 2013, tive a oportunidade de estudar filósofos, sociólogos, desenvolvi uma paixão por Pierre Bourdieu, Foucault.”

O tema foi a origem do ensino de engenharia em Goiás e acabou alimentando outra pesquisa. Em 2014, o curso de Engenharia Elétrica completou 50 anos e Rosângela resolveu contar a trajetória do curso, entrevistando ex-professores e pessoas fundamentais para o curso em seus primórdios. O resultado foi o livro *A Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Goiás: reconstrução histórica*, publicado pela Editora UFG.

Ao longo dos anos, também assumiu posições administrativas e na reitoria, mas sempre sem se afastar da sala de aula, tendo lecionado, inclusive, uma disciplina sobre Mulheres Engenheiras. “Sempre que entrevistem um engenheiro sobre o que acha de ter mulher na obra eles dizem algo como ‘Ah, fica muito melhor, o ambiente fica mais leve, enfeitado’, ‘A mulher é detalhista, a mulher sabe conversar, a mulher torna o clima mais agradável’. Vocês acreditam? No mundo de hoje, em que a mulher ocupa vários espaços na ciência, na tecnologia e em outras áreas, a gente ainda escuta coisas assim”, conta. “Na realidade, criamos essa disciplina para fazer esse trabalho de valorização e para que as estudantes saibam a importância do papel delas como engenheiras. Elas não estão ali para enfeitar nem agradar ninguém. A mulher ocupa essas posições, mas ainda temos muito dessas brincadeiras que ofendem”.

E a influência pôde ser sentida até na própria família da professora. “Fui pioneira na engenharia na minha família, mas tenho três sobrinhas engenheiras e tive o prazer de dar aula para uma delas”, finaliza.